



UMA EXPERIÊNCIA DE CARTOGRAFIA SOCIAL: COM O POVO INDÍGENA APINAJÉ DO ESTADO TOCANTINS

**AN EXPERIENCE OF SOCIAL CARTOGRAPHY:
WITH THE APINAJÉ INDIGENOUS PEOPLE OF TOCANTINS STATE**

**UNE EXPÉRIENCE DE CARTOGRAPHIE SOCIALE:
AVEC LE PEUPLE INDIGÈNE APINAJÉ DE L'ÉTAT DE TOCANTINS**

Jeovane Gomes Nunes, UFT, Porto Nacional, Tocantins, Brasil,
jeovanegn@gmail.com

Rosemberg Ferracini, UFTM, Uberaba, Minas Gerais, Brasil,
rosemberg.ferracini@uftm.edu.br

RESUMO

O presente artigo almeja relatar a importância da construção coletiva de mapas e maquetes, como forma de empoderamento de informação a respeito do território de comunidades tradicionais ou povos originários. Fato que esses povos são esquecidos pelo estado, o que acaba por terem seus direitos essenciais negados e suas terras invadidas. Como forma de aprendizado nosso estágio possibilitou na construção de elementos espaciais para fortalecimento em suas terras. Aprendemos e demonstraremos a importância do significado da terra e sua importância para os Apinajés. Por tanto, em termos gerais, objetiva-se demonstrar a cartografia social no povo indígena Apinajé do estado do Tocantins. Assim, podemos provar o sentido que o mapeamento serve para a garantia, permanência, posse, manejo do uso do território e fortalecimento da cultura.

PALAVRAS CHAVES: Cartografia Social, Povos Indígenas, Mapas, Território

RÉSUMÉ

Cet article vise à rendre compte de l'importance de la construction collective de cartes et de modèles, en tant que forme d'autonomisation de l'information sur le territoire des communautés traditionnelles ou des peuples autochtones. Le fait que ces personnes soient oubliées par l'État, qui finit par les priver de leurs droits essentiels et envahir leurs terres. Comme moyen d'apprentissage, notre stage a permis la construction d'éléments spatiaux pour le renforcement dans leurs terres. Nous avons appris et nous démontrerons l'importance de la signification de la terre et son importance pour les Apinajés. Par conséquent, en termes généraux, nous visons à démontrer la cartographie sociale dans le peuple indigène Apinajé de l'état de Tocantins. Ainsi, nous pouvons prouver le sens que la cartographie sert à garantir, la permanence, la possession, la gestion de l'utilisation du territoire et le renforcement de la culture.

MOTS CLÉS : Stage, Cartographie sociale, Peuples autochtones, Cartes et territoire

INTRODUÇÃO

Esse artigo é um recorte de vinte meses de trabalho que vivenciei no Conselho Indigenista Missionário (CIMI) entre os anos de 2018 a 2020 como integrante do órgão de formação. Nossa função foi trabalhar a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência, injustiça e contribuindo para a formação de conhecimentos que visem a autonomia e qualidade de vida dos índios.

Na condição de estagiário desenvolvemos trabalhos junto aos povos, participando de assembleias e debates, organizei encontros, oficinas e rodas de conversas na formação de lideranças indígenas na cidade e nas aldeias. Articulamos juntos a outras organizações grandes encontros envolvendo diversas comunidades que lutam por direitos a terra. Aprendemos sobre a questão indígena no dia a dia e em cursos organizado pelo CIMI e seus parceiros o que contribui para nossa formação humana e intelectual.

Os povos indígenas sofrem paulatinamente com as ações do estado brasileiro, que tem interesse em seus territórios tradicionais, principalmente como forma de utilizar o solo para a implantação de projetos ligados ao agronegócio. Desde o início do processo de colonização do Brasil os colonizadores utilizam de várias artimanhas possíveis para apropriar-se de suas terras, sem levarem em consideração que esses espaços utilizados pelos indígenas carregam uma bagagem simbólica e cultural de suas tradições, no qual garantem a continuidade de sua coletividade, ou seja, suas características de identidade.

Segundo dados do relatório de violência contra os Povos Indígenas no Brasil ano de 2017, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), houveram 847 casos de omissões e morosidades na regularização de terras indígenas, 20 conflitos relativos a direitos territoriais e mais 96 casos registrados em relação a invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio.

Na busca pelo desenvolvimento e lucro imediato, muitas empresas desrespeitam a natureza e acabam gerando vários problemas, como a expulsão das comunidades tradicionais das suas terras, a perda da biodiversidade, degradação e contaminação do

solo, ar e água, geração de resíduos químico no solo e esgotamento dos mananciais hídricos.

Com isso para que um povo tenha mais uma ferramenta de resistência é proposto o mapeamento social, assim esse material produzido facilitará a gestão, fiscalização, proteção do território, e ao momento que for introduzido nas escolas e reuniões indígenas, aumentará o conhecimento de todos a respeito de seu território.

Ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 2011, p. 84).

Objetivos

O nosso objetivo nesse trabalho é demonstrar a importância da cartografia social enquanto instrumento de poder, proteção, fiscalização, conhecimento e gestão do território. E também relatar nossa experiência na construção do processo da cartografia social junto ao povo Apinajé. Através do mapeamento as comunidades indígenas descobrem uma ferramenta poderosa, tanto para o controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias. O mesmo cartografia serve quanto para transmitir as visões do entendimento local valorizando e reafirmando a relevância de seus conhecimentos tradicionais

Metodologia: Cartografia social estudos e casos

A Cartografia é considerada uma ciência e arte, e está responsável pela representação da realidade, contribuindo para a melhor compreensão do mundo, estando protagonizada exclusivamente pelos ditos técnicos da área, o que configura uma forma de poder institucional da elaboração.

Já na cartografia social, o processo de confecção dos mapas é uma construção conjunta entre os pesquisadores e os agentes sociais pesquisados. No entanto o pesquisador possui a decisão determinante na orientação dos dados disponibilizados, além de serem responsáveis pelo georreferenciamento das áreas estudadas.

A técnica consiste em um mapeamento dos territórios com método participativo, o que consiste em um trabalho dedutivo por parte dos agentes pesquisados, abrangendo as características específicas de cada região de acordo com os objetivos dos povos e interesses das comunidades. Na luta pelo território, defesa e reivindicação de áreas, um processo desse pode configurar um instrumento de produção de conhecimento e mobilização do povo.

Segundo Dorival dos santos “a cartografia social é vista como um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados” (2016, p.274). Por tanto a relação de proximidade é importante para a conclusão dos mapas.

O primeiro estudo sistemático reconhecido como cartografia social segundo Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles em entrevista a rede mobilizadora (A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos), remonta da década de 1970, no Canadá, a partir do desenvolvimento do “Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós”. Participaram deste projeto centenas de esquimós e foram produzidos mais de duzentos mapas de uso e ocupação da terra.

No Brasil, o conceito de Cartografia Social surge com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, já no início da década de 1990, coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner, atualmente professor da Universidade do Estado do Amazonas. Este projeto obteve experiências de mapeamento social realizadas na área correspondente ao Programa Grande Carajás, projeto de exploração mineral iniciado em 1980 pela Empresa Vale S.A., na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro.

Atualmente existe alguns exemplos de cartografia social no Tocantins que está sendo desenvolvida pela Alternativas para Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO) que é uma ONG criada em 1992, reunindo representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Tocantins e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Um outro exemplo de cartografia social que podemos citar foi realizado nas comunidades quilombolas do Jalapão, com o auxílio da APA-TO onde teve como

finalidade mapear os conflitos existente entre a unidade de conservação e as comunidades tradicionais.

Nessa atividade de autcartografia -técnica na qual os agentes pesquisados constroem os seus próprios mapas- realizada na comunidade ficou destacada a resistência e a luta pelo território. Igualmente, as relações de sociabilidade e para o trabalho. E, as representações simbólicas e culturais, que assinalam a relação com o território no passado e no presente.

Assim, a partir de oficinas de cartografia e vivências fomos conjuntamente construindo mapas sociais e uma maquete referente as demandas da Comunidade. Fato que enquanto estágios foram produzidos um total de 05 mapas e uma maquete, cada um com características específicas, sendo elas: localização territorial e das aldeias, hidrografia, sub-bacias hidrográficas, vegetação, hipsômetro, limites do território e localização das escolas e postos de saúde indígena. Vejamos a baixo, o levantamento de dados para a construção da cartografia social Apinajé.

Apresentando Resultados: Cartografia social Apinajé

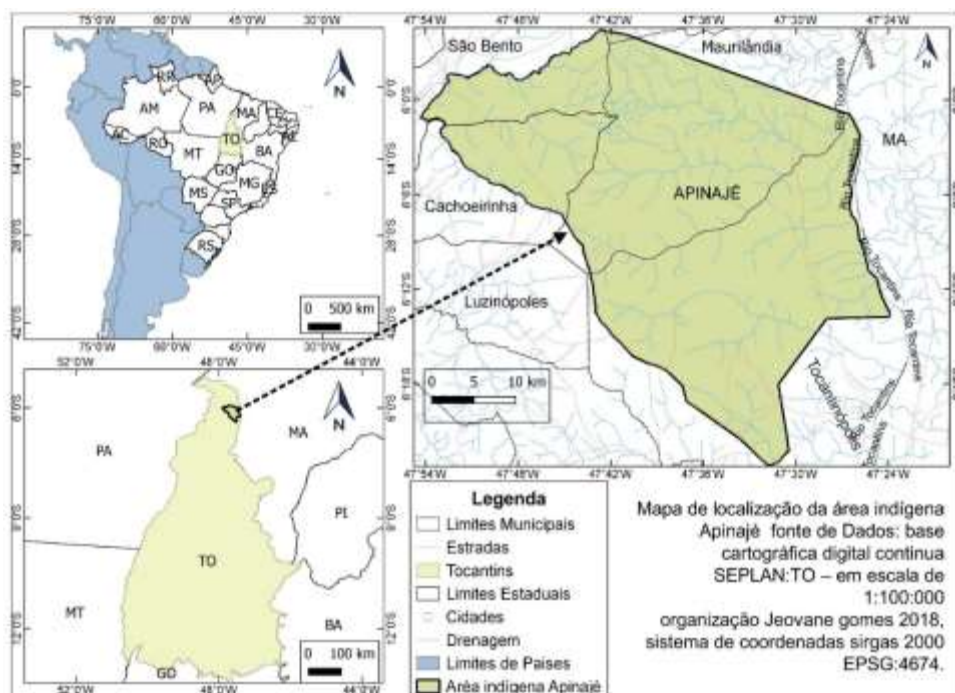
Tabela 1- Principais Atividades realizadas

Encontros e Reuniões:	Rodas de conversa nas quais emergem os interesses sociais, o reconhecimento do território, as territorialidades específicas, os conflitos, desejos e aspirações da Comunidade.
Construção os primeiros materiais e coleta de dados:	O grupo simboliza as referencias do território por meio de desenho e diálogos, concretizando os significados aos elementos materiais (rios, monumentos, edificações, etc.) e imateriais (fronteiras, limites, conflitos, espaços sagrados, praticas culturais.) que expressam o uso e apropriação do território.
Sistematização dos dados e elaboração do material:	Agrupamento de informações e conhecimentos sobre o território. A compilação dos dados valoriza elementos objetivos e subjetivos, a avaliação do grupo, define-se o que comporá o material.
Resultados	Mapas e maquete.
Apresentação:	Encontro na aldeia com os indígenas

Fonte: Os autores (2020).

Essa tabela se caracterizou como base para a construção da cartografia social. No CIMI apresentei a mesma para a equipe na qual trabalhava e prosseguimos com o processo. Em leitura do mapa (figura 1), podemos observar que esse povo vive hoje em dia na região norte do estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio, o município mais próximo é Tocantinópolis. O Território Apinajé fica próximo ao estado do Maranhão e Pará.

Figura 1 - Localizando o povo indígena Apinajé no Tocantins APINAJÉ



Fonte: Os autores (2020).

Os Apinajé estão classificados como Timbira Ocidentais e caracterizam-se por uma sofisticada organização social composta por vários sistemas de metades cerimoniais e aldeias relativamente populosas. Segundo informações do CIMI, na segunda metade do século XX, esse povo sofreu uma grande dedepopulação e desestruturação social, quando seu território foi invadido por centenas de famílias de migrantes e tiveram suas terras cortadas por estradas, como a Belém-Brasília e a Transamazônica. O traçado desta influenciou a exclusão de uma parcela de seu território tradicional na demarcação oficial de sua terra, a qual eles vêm buscando recuperar.

O limite leste do território é a margem esquerda do rio Tocantins e os cursos d'água desta parte deságuam nele. O limite oeste, embora não atinja o rio Araguaia, é composto por córregos que deságuam naquele rio. Através de rodovia asfaltada pode-se chegar ao município de Tocantinópolis, seguindo adiante pode-se adentrar ao território através da BR-230 (rodovia Transamazônica) ou da TO-126, duas rodovias não pavimentadas a qual terá acesso as primeiras aldeias.

No decorrer do processo e dos diálogos a qual fazíamos parte, foram surgindo propostas para novos mapas, intensificando os trabalhos e melhorando cada vez mais o material, como foi o caso do mapa Hipsômetro (figura 2) no qual representa as altitudes do terreno, que por sua vez, ao analisarmos podemos observar os morros e os locais mais altos do território, o que possibilita um conhecimento prévio na hora que os indígenas forem instalar novas aldeias na região.

Nesse aspecto, também surgiu a ideia de elaboração dos mapas de hidrografia (figura 3) e de vegetação (figura 5) que por sua vez contribuirá bastante nessa organização do território. O que deixa bem claro nesses mapas são as direções dos cursos da água e suas respectivas nascentes, constando como um material de grande valor para o povo, pois a preocupação com a água está sempre presente em suas reuniões, principalmente quando se fala em instalar uma nova aldeia, o que geralmente ocorre estrategicamente como forma de ocupar uma maior parte do território.

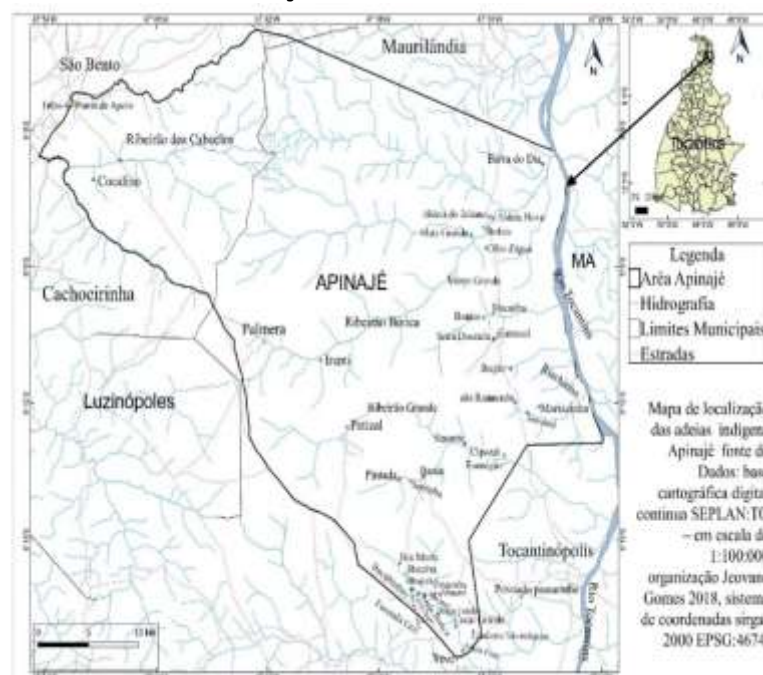
Ainda durante os encontros o qual participamos podemos perceber o profundo conhecimento que o povo tem acerca do território em que habitam e as formas de interação que possuem com os ambientes. Eles conhecem e atribuem significados a cada pedaço do lugar em que nasceram ou que vivem, fazendo o eficiente manejo destas áreas, comprovado pelo nível de conservação ambiental em que se encontram, como podemos observar no mapa da vegetação (figura 5) no qual deixa claro que a vegetação se encontra bastante intacta, fazendo com que consequentemente as nascentes, os córregos e lagos, observados no mapa da hidrografia (figura 3) fonte indispensável na manutenção da vida, mantenha o seu fluxo natural, livre de grandes interferências antrópicas.

Ficam demonstradas as possibilidades de interação e convivência entre os indígenas e o meio ambiente, o saber ancestral acumulado, passado de geração em geração serve de fonte primordial e base para a interação com o meio, que podemos caracterizar como sendo um uso sustentável sobre o território.

Embora eles já possuam um conhecimento comum sobre o território, ainda surgem algumas dúvidas, sobre, por exemplo, a qual município pertence uma determinada aldeia, e através do mapa isso é esclarecido, o que facilita na hora de cobrarem por algum tipo de assistência aos gestores municipais, desde a manutenção de uma estrada, e até outros direitos constitucionais como na área da saúde, educação, saneamento básico, coleta de lixo entre outros.

No que diz respeito a extensão do território, o que os indígenas perceberam, foram que algumas áreas próximas aos limites estarem desabitadas, como observado no mapa (figura 2) principalmente na parte norte e leste, facilitando possíveis invasões e alteração dos marcos que determinam o limite territoriais, como já suspeitam por eles.

Figura 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS INDIGENAS APINAJÉ



Fonte: Os autores (2020)

Ainda, quando apresentado as primeiras informações sistematizadas no mapa, através do processo de Cartografia Social, potencializou e provocou reflexões sobre o uso e ocupação do território, bem como, sobre as mudanças frente às novas pressões

sofridas pelo povo. A exemplo podemos citar que as lideranças indígenas perceberam elementos considerados importantes e preocupante com relação ao território. Em primeiro momento o que chamou a atenção foi a presença de um cemitério de não indígenas dentro do território, percebido só através do mapa de localização das aldeias (figura 2) no qual em seu entendimento é um pretexto do não índio para ficarem adentrando no território para observar, coletar recursos naturais como madeira e também casar animais.

Por tanto os mapas tem um papel de grande valor para o povo, sendo que as informações diversas contribuirão para basicamente tudo o que o povo precisar, como na gestão do seu território, podendo ser caracterizado como uma das ferramentas mais úteis no diz respeito ao conhecimento sobre território.

De um modo geral esses mapas apresentam um conhecimento totalmente aprofundado sobre o território e fez com que se tornassem relevante para o empoderamento do povo, pois à medida que o processo encaminhava exigia mais reflexão, generalização e seleção das informações sobre o território e essa produção de conhecimento para a preparação do produto final, é o que verdadeiramente empodera uma determinada população, pois viabiliza as ações de pensar, refletir, sentir, sonhar, criar e, finalmente, agir.

Além do mais esse processo faz com que os indígenas adquiram uma melhor compreensão sobre o espaço geográfico, podendo compreendê-lo e utilizar do seu conhecimento para suas vidas. Contando com todas essas informações o que se percebe é que o povo indígena está se apropriando do conhecimento científico para organizar seu território e mante –lô ou alterá-los de acordo com suas perspectivas. Além de cada vez mais promoverem espaços de diálogo e ações de interação, compartilhamento de saberes, desenvolvimento e empoderamento, o que fortalece as lideranças na reivindicação por direitos, tais como o acesso à educação diferenciada e de qualidade, a uma saúde digna e o incentivo aos jovens a cursarem um nível superior para que posteriormente voltarem para o território e continuarem na luta e defesa por seus direitos. Observe abaixo os mapas produzidos a partir de interesses do povo Apinajé e com nossa contribuição:

Terra e território indígena Apinajé

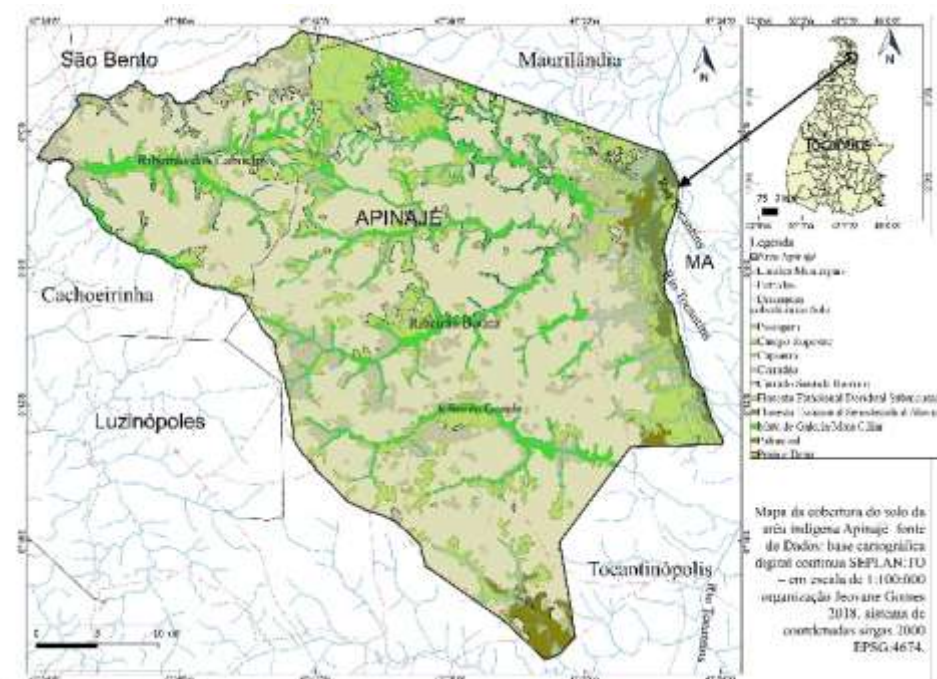
Do processo de ocupação da terra indígena Apinajé, até a demarcação física do seu território tradicionalmente ocupado pelo povo, vem se dando desde o final do século XVIII, acentuando-se no século XX, como aponta a FUNAI (2018), que foi sem dúvida intensificado com a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento na região norte de Goiás, principalmente depois da construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, que cortam o território Apinajé.

Ao longo da Transamazônica existiam até a demarcação física da área Apinajé, em 1985, pequenos núcleos de moradores onde antes estavam situados os acampamentos de obras. Estes núcleos que viviam da venda de refeições, café, cachaça aos usuários da estrada trouxeram inúmeros problemas para os Apinajé, servindo como polo de prostituição e transmissão de doenças, além de terem devastado o seu entorno em 10 anos de existência, o que os Apinajé não fizeram em mais de cem anos de ocupação.

Segundo dados da FUNAI (2019) em 1975 e 1982 são instituídos vários grupos de trabalho (GT) para delimitação da área Apinajé, tendo sido iniciado, em 1979, o processo de demarcação física da área, que teve de ser suspenso por imposição dos índios, que discordavam dos limites que lhes estavam sendo impostos, na medida em que não incorporavam a faixa de terras do ribeirão Gameleira e Mumbuca.

Assim os Apinajé tiveram parte de suas terras reconhecidas pelo Estado Brasileiro somente em fevereiro de 1985, após terem interrompido o tráfego da Transamazônica e terem iniciado por conta própria com o apoio de outros povos indígenas, os Krahô, Xerente, Xavante e alguns Kayapó.

Figura 3 - MAPA DE LIMITES TERRITORIAIS



Fonte: Os autores (2020)

Território para os Apinajé

E então a terra indígena Apinajé foi demarcada com uma área de 141.904 hectares entre os municípios de Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis. E hoje em dia esse povo se encontra altamente divididos em seu território segundo os dados do Conselho Indigenista Missionário - CIMI (2019) em 39 aldeias como percebemos no mapa 2 (figura 2), totalizando uma população de 2.412 distribuídas em seu território.

Nos dias de hoje percebe-se se que é muito marcante no povo Apinajé a defesa do território, estando sempre presente nas discussões dos caciques e anciões e é pauta constante nas ações da associação união das aldeias Apinajé - Pempxà. São realizadas constantemente atividades de monitoramento dentro e nos limites territoriais, visando a proteção e preservação do mesmo, diminuindo as chances de invasões e atividades ilícitas praticadas por não-índios que adentram no território para roubar caças, madeiras, peixes, frutas entre outras questões.

Para as comunidades tradicionais ou povos originários a concepção de território se caracteriza por ser mais fortemente ligada ao campo político e simbólico, e não simplesmente às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica circundante. Dessa forma podemos dizer que o território é um dos principais e mais utilizados conceitos da Geografia, pois está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. E para a realização desse projeto o entendimento do conceito de território se tornou indispensável.

Desde que os portugueses desembarcaram no Brasil, a história dos povos indígenas tem sido marcada pela luta em defesa da posse de suas terras, ou seja, de seus territórios. Para os indígenas, a terra é a fonte de sustento, de onde retiram alimentos e matérias-primas para fabricar utensílios, adornos e medicamentos. Além disso, eles a consideram a moradia dos espíritos de seus antepassados, o que lhe confere um caráter sagrado.

No nossas visitas as aldeias, permitiu a nossa compreensão do significado que a terra tem para o povo. Nas conversas nas rodas, encontros e em alguns eventos, bem como em reuniões políticas dentro da aldeia que discutiam temas relacionados com ao território, pude perceber e compreender o sentido dado à terra e ao território.

Pensamos, que a terra na concepção indígena é um grande espaço de sobrevivência onde realizam seu modo de ser. Esse espaço é constituído por grandes florestas onde podem fazer a coleta e a caça, de córregos onde pode extrair os peixes para sua dieta alimentar e, sobretudo um espaço onde possam plantar para obter os alimentos que serão divididos essencialmente para todas as famílias que ali habitam.

A relação que esses povos estabelecem com a terra e com o espaço onde vivem não são meramente geográficas, todas as coisas da natureza, como as montanhas, as florestas, os rios são seres vivos que possuem poderes. Essas concepções influenciam as relações desses indivíduos com o espaço que os cercam.

Muitas das reivindicações dos povos indígenas estão relacionadas com o fato de eles tentarem reescrever as suas próprias histórias e adquirir uma melhor qualidade de vida com todos os direitos garantidos. Por que, o modo como foram percebidos e representados, geralmente são modos de caráter colonial. Eles foram representados

pelos missionários, pelos colonos e pelas elites intelectuais e políticas, contudo, as colocações sempre tiveram esse embate de como eles eram representados e de fato como eles se concebiam a si mesmo.

Dessa forma pode se dizer que a terra para os indígenas vai muito além, de questões relacionadas à subsistência. Possuindo representações nas quais todo o sentido de existência se baseia. É um suporte na vida dos indígenas onde acontecem as relações sociais humanas e também, é o palco das relações com seres espirituais que na concepção deles também habitam a terra. Para tanto, o fator terra é crucial para a manutenção desses povos.

Porem cada povo indígena tem uma maneira própria de relacionar-se com a natureza, retirando de seu território o que é necessário para a sobrevivência do grupo. O que esses povos têm em comum são as relações e o respeito pela a terra ser muito forte, podendo chamá-la até de mãe terra, por tudo que ela os fornece.

Especificamente para os Apinajé, a unidade territorial constitui-se de um espaço físico composto por serras, campos, florestas e rios, onde os eles podem exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio de milho, abóbora, feijão entre outros alimentos. Este território constitui um espaço de convivência do seu povo onde desenvolvem suas atividades de subsistência material e social.

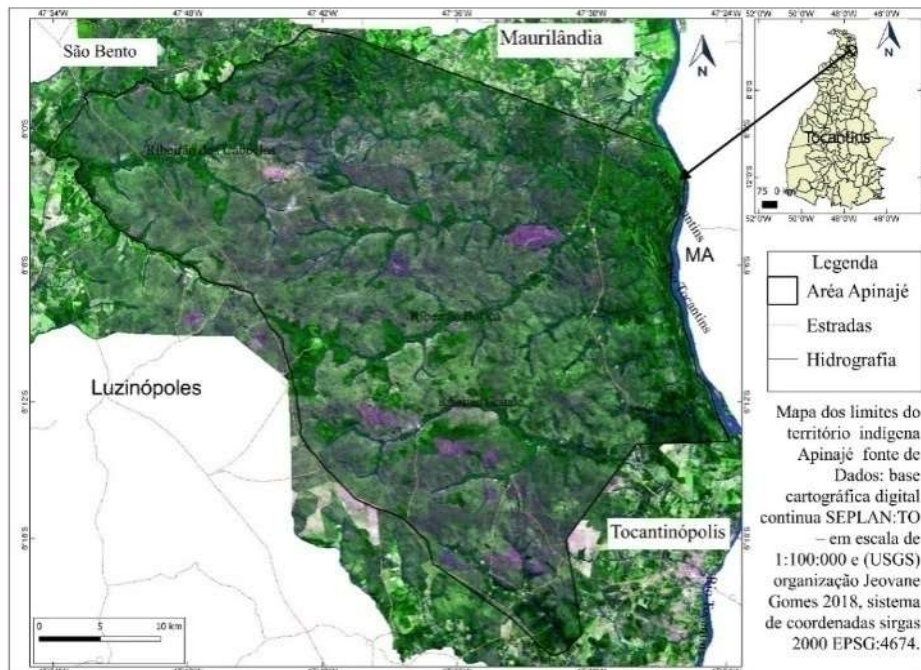
O território é fonte permanente de socialização para os povos indígenas, onde falam sobre as caçadas, pescas, abundância ou escassez de um determinado produto, sobre os aspectos sobrenaturais da floresta, dos rios ou serras, acerca do encontro com espíritos. O território não é, afinal, apenas fonte da subsistência material, mas também lugar onde os índios constroem sua realidade social e simbólica, concretizando a identidade do povo.

Cosmologia do povo Apinajé

Como para a maioria dos grupos indígenas do Brasil, para os Apinajé os elementos da natureza, sobretudo os animais nunca são apreendidos como únicos ou isolados, mas como partícipes de uma cadeia de relações que envolvem de uma só vez

os humanos e não-humanos e estes entre si. Nesse sentido, caçar significa interagir com forças simbólicas da natureza, pois toda caça possui uma subjetividade particular (um “espírito” que define o “caráter” de uma espécie animal determinada) que coloca a relação predador/presa como uma relação entre sujeitos. Nesse sentido a construção de um mapa que abrangesse a vegetação.

Figura 4 - MAPA DA VEGETAÇÃO



Fonte: Os autores (2020)

Segundo Giralдин (2000) na concepção timbira, o espírito dos humanos mortos (carõ) sofre uma série de metamorfoses, passando a utilizar os corpos de animais e vegetais como avatar, em uma escala regressiva (dos mamíferos superiores aos insetos; das plantas cultivadas ao “pau podre”, para finalmente se transformar em pedra, deixando então de se comunicar com os vivos). Além de revelar a hierarquia implícita na ordem natural na concepção timbira, estas metamorfoses indicam que, sob a pele de um ente natural, o carõ pode estabelecer contato com os Humanos, contato sempre perigoso (pode trazer doença e a morte) e que dá ao sujeito contatado (se ele aceita os termos “oferecidos” pelo carõ) a possibilidade de vir a ser xamã (wajaka), adquirindo por essa via o poder de manter uma interlocução permanente com o “outro lado” e o poder de cura.

A mitologia também enfatiza a “humanidade” dos animais, dado que “antes todos os bichos falavam”, como dizem; os animais são tidos como ex-humanos, a concepção indígena neste ponto se diferenciando radicalmente da cosmologia da chamada sociedade ocidental, para quem a condição “comum” entre os humanos e os bichos é a “animalidade” (somos animais racionais).

DEMAIS RESULTADOS

A partir da pesquisa realizou-se a confecção uma maquete e um número de mapas retratando algumas realidades do território. Os materiais foram organizados para terem uma linguagem mais acessível para os indígenas.

Com objetivo de aprimorar ainda mais os conhecimentos e também obterem mais uma ferramenta de informação, propomos que fizéssemos uma maquete do relevo, que representasse de forma mais clara o território. E então a partir dos estudos e discussões realizados em equipe, foram elencadas algumas informações consideradas importante para o povo, e posteriormente inseridas no software de sistema de informação geográfica Quantum GIS, para que associados a outros elementos, constituíssem um modelo para a construção de uma maquete tridimensional.

Figura 5 - Maquete Território Apinajé

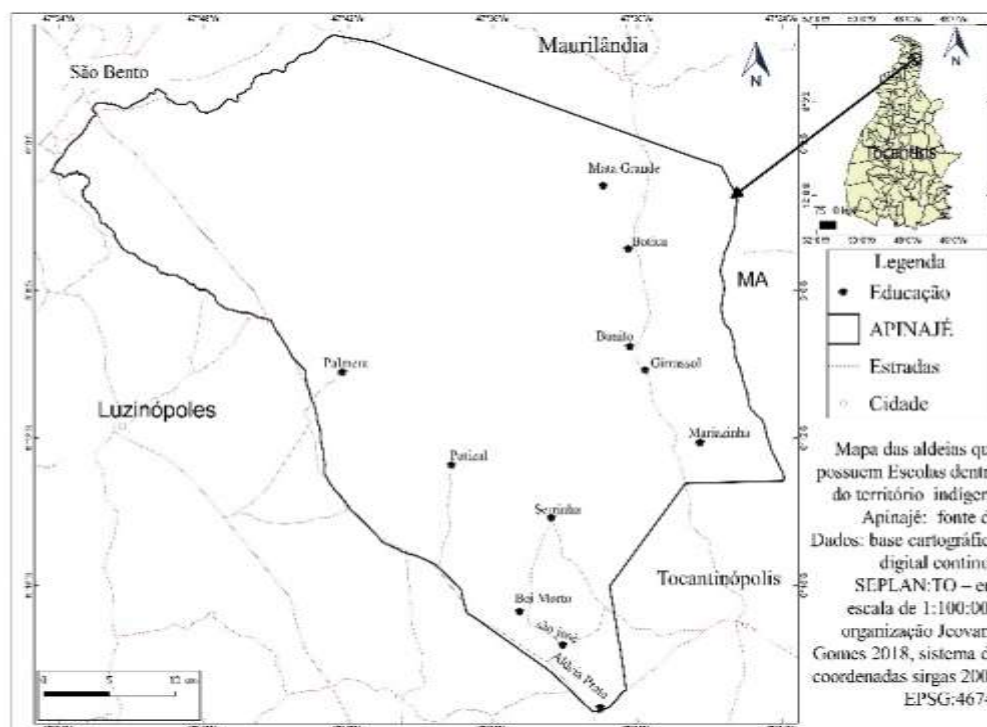


Fonte: Os autores (2020)

Para alcançar, coletar, gerenciar, analisar, e realizar as adequações das informações geográficas do território Apinajé, procedeu-se com o auxílio do Sistema de Posicionamento Global (GPS) da marca Garmim para coletar os pontos no território. A delimitação da área e a produção do material cartográfico digital foram realizadas em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG) utilizando-se o software Quantum GIS 10.14, com a base cartográfica do SEPLAM - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo atualizada e TOPODATA - Banco de Dados Geomorfológicos do Brasil. Ainda foi utilizada imagens de satélites Landsat 8, para se obter uma precisão eficaz sobre o trabalho.

Para atingir a precisão desejada, as imagens foram georreferenciadas na grade de coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), em escala de 1:00.000, a partir do Datum SAD 69. Após todo levantamento de dados foram selecionadas as informações consideradas mais relevantes para o povo, e assim prosseguiu a construção dos mapas.

Figura 6 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS E POSTO DE SAÚDE



Fonte: Os autores (2020)

Após a construção da mesma, foi feita uma reunião na aldeia com a presença de lideranças, caciques e representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para a apresentação e finalização dos mapas. Esse processo final gerou discussões, porém se caracterizou por terem feito as demarcações das aldeias na maquete, isso com a participação dos indígenas, e mais precisamente possível por terem o conhecimento da área e os mapas como auxiliar.

Considerações finais

Essa pesquisa constatou a importância da cartografia social como forma de poder e conhecimento sobre o território para os indígenas. Por tanto ao ser realizado, o povo adquiri um conhecimento amplo e qualificado, que ao mesmo tempo ajuda-os a se organizar no espaço, melhorando a gestão e o domínio sobre o território.

Estudar o território desse povo indígena, a partir da cartografia social, além de contribuir para a formação de conhecimentos, é também poder mostrar para a sociedade o quão é importante o fortalecimento dessa cultura que insiste em ser diferente, mesmo com tantas mudanças, apropriações e assimilações dos modos nacionais, no entanto, essas apropriações se dão a partir de suas categorias próprias.

Em relação à manutenção da existência Apinajé essa cartografia vem para intensificar os seus modos de vida. Pois através dela o povo também fortalece a sua identidade, já que no processo de cartografia social, os saberes ancestrais têm seu lugar durante as discussões e encontros realizados. Ou seja, os valores culturais do povo são importantes em um processo como esse. Saberes no qual engloba o respeito a natureza e os elementos que a compõe.

Por tanto a Cartografia Social permitiu que os indígenas adquirissem um notável conhecimento, com novas possibilidades. Observou também que não há um único modo de desenvolver a metodologia do processo e mesmo depois não deve seguir à risca as etapas. A criatividade e autonomia são fundamentais para adequar sugestões. Á sempre possibilidades surgindo, para enriquecer as informações geradas na pesquisa. Para tanto, compreender as relações que esse povo tem com seu território e relacionar com a geografia me fez rever conceitos importantes para a nossa formação enquanto cidadão. Dessa forma acreditamos que se faz necessário a realização da cartografia

social no povo indígena Apinajé, pois através dela eles poderão ter um empoderamento sobre território consequentemente melhorar a sua gestão a próprias maneiras.

Referências

ACSELRAD, Henri. et al. (org). **Guia Para Experiência de Mapeamento Comunitário**. Rio de Janeiro, Versão brasileira: ETTERN/IPUR/UFRJ, 2013.

ACSELRAD, Henri (organizador) Aurélio Vianna Jr. [et al.] **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate/RJ**: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Mapas com vida própria**. Dos índios artesãos de Manaus aos quilombolas do Maranhão, populações tradicionais retratam sua situação geográfica e social com auxílio de GPS.

DOS SANTOS, D. (2017). **CARTOGRAFIA SOCIAL**: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. *InterEspaço: Revista De Geografia E Interdisciplinaridade*, 2(6), 273–293.

GIRALDIN, Odir. Axpên Pyràk. História, **Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinajé**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 77-116.

Sites Consultados

A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos:
<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/> acesso no dia 02 /10/2018

Alternativas para pequena agricultura no Tocantins (APA-TO); disponível em <http://novacartografiasocial.com/>

Blog: Associação união das aldeias Apinajé (PEMPXÀ) disponível em: <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/>

Cartografias colaborativas: <http://culturadigital.br/cartografiacolaborativa/c/artigos/> acesso em 02 /10/2018.

Conselho indigenista missionário (**CIMI**); disponível em: <https://cimi.org.br/>
Fundação Nacional do Índio (**FUNAI**); disponível em: <http://www.funai.gov.br/>

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. **Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&C>; acesso em 02/10/2018.

IBGE - **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Informações sobre os municípios brasileiros quanto à população, economia e cartografia dentre outros. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 12/05/2020.

Imagens de satélites Landsat 8: USGS: **Science for a changing world: Earth Explorer**. <https://earthexplorer.usgs.gov/> acesso em 08/10/2020.

INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. **Projeto faz cartografia de comunidades tradicionais brasileiras**, 27 jul. 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br:projeto-fazcartografia-de-comunidades-tradicionais-brasileiras/>. Acesso em 06/10/2020.

PNCSA, **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Site institucional. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/>>. acesso 06/10/2020.

Projeto nova cartografia social (boletim informativo, comunidades quilombolas do Jalapão) **APA-TO** disponível em: <http://novacartografiasocial.com/> acesso 06/10/2020

Rede mobilizadora: **A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos**; <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/> acesso em 10/11/2020.

Secretaria da Fazenda e Planejamento SEPLAN:
<http://seplan.to.gov.br/zoneamento/bases-vetoriais/base-de-dados-geograficos-do-tocantins-atualizacao-2012/#sthash.GgrsXz3l.dpuf>; Acesso em 12/05/2018.

TOPODATA - **Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil** – DSR/INPE;
<http://www.dsr.inpe.br/topodata/> acesso em 03/07/2017

Jeovane Gomes Nunes Graduado em Geografia UFT, professor na rede estadual e pesquisador e ativista indígena.

Rosemberg Ferracini Doutor em Geografia pela USP. Professor Programa de Pós-Graduação em Educação e Departamento de Geografia no Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do Triângulo Mineiro –UFTM.

Recebido para publicação em 06 de maio de 2022.
Aceito para publicação em 26 de junho de 2022.
Publicado em 22 de julho de 2022.